



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Procuradoria Jurídica - SUDESB/DG/PROJUR

**TERMO DE FOMENTO Nº. 97/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA -
SUDESB E A FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL – FBH**

A **SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA**, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.323.001/0001-19 com sede na Rua dos Rádioamadores, 159-357, Pituaçu, Salvador - Bahia, CEP: 41740-090, representada neste ato por seu Diretor-Geral, em exercício, **DIOGO RIOS AMARAL**, nomeado por simples Portaria de Substituição n.º 021, de 20 de março de 2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL – FBH**, CNPJ nº 13.477.203/0001-15, situado na Av. Mário Leal Ferreira - Engenho Velho de Brotas, Sala 5, Salvador - BA, 40285-600, Telefone: (71) 991571841, com Estatuto arquivado no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil Pessoas Jurídicas, Rua Archimedes Gonçalves nº 2 – Salvador/Bahia, registro/Averbação 16195, fls 303 por meio da **Inexigibilidade de Chamamento Público nº 099/2024, Processo Administrativo nº 069.1486.2024.0004751-06** neste ato representada por seu Presidente, Luiz Fernando Gil Almeida, portador do Documento de Identidade nº85707287, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 13257641591, doravante denominada **FBH (OSC CELEBRANTE)**, formaliza o presente **TERMO DE FOMENTO Nº. 97/2024**, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº. 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio para realização do "CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024" conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, será realizada no período de 11 de outubro a 08 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL - FBH, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em R\$ 149.900,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos reais), de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

Unidade Gestora: 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora.

Função: 27 - Desporto e Lazer.

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 414 - Esporte por Toda Parte

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região de Planejamento: 9900 - Estado

Natureza da Despesa: 3.3.50.41.000 - Contribuições - Entidades

Destinação de Recurso: 15000100000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos e/ou 25000300000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor da Despesa: R\$ 149.900,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no Banco do Brasil, agência nº.0063-3, conta corrente nº 00005476-1, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da

OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC

Cabem à OSC as seguintes obrigações:

- I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;
- II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- III. manter escrituração contábil regular;
- IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;
- VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;
- VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;
- IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;
- X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;
- XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;
- XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.
- XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;
- XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;
- XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;
- XVII. administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido em virtude da parceria, inclusive executando manutenção preventiva e corretiva de forma contínua, até a sua restituição ao Poder Público, contratando seguros prediais e de responsabilidade civil e responsabilizando-se pela segurança patrimonial do imóvel.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

- I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
- II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
- V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;
- VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
- VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;
- VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da parceria, a SUDESB indica a servidora MARIA DE FÁTIMA CONCEIÇÃO SANTANA, matrícula 92085377, telefone (71) 3198-0553, para avaliação do Projeto.

O Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva, SINVAL VIEIRA, matrícula 69.446.277-9, telefone (71) 3198-0554, conforme Portaria nº 82/2019, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 23 de julho de 2019.

O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, IVANILDES MACHADO VILAS BOAS SOUZA, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3198-0526.

Informamos, ainda, a existência de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, designada conforme Portaria nº 142/2021, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 20 de novembro de 2021, modificada pela Portaria nº 54/2022, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 21 de junho de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do

objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressaltando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

I. vedar a transferência de novos recursos;

II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA– RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

- a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
- b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

- a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
- b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I – OSC:

- a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caputs e § 1º da Lei nº 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

II – SUDESB:

- a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador – BA, 2024.

DIOGO RIOS AMARAL

Diretor-Geral, em exercício, SUDESB

LUIZ FERNANDO GIL ALMEIDA

Presidente da Federação Bahiana de Handebol – FBH

Testemunhas:

1) _____

(nome e CPF legível)

2) _____

(nome e CPF legível)

PLANO DE TRABALHO

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC

DADOS DA OSC:

Nome da OSC: FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL - FBH

CNPJ: 13477203/0001-15

Data de Criação: 23/05/1980

Endereço: Av. Mário Leal Ferreira - Engenho Velho de Brotas, Sala 5, Salvador - BA, 40285-600

Telefone: **(071) 991571841**

Endereço eletrônico (e-mail): federacaohandebolba@gmail.com

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: LUIZ FERNANDO GIL ALMEIDA

RG/Órgão expedidor/UF: 85707287/SSP/BA

CPF/MF: 13257641591

Endereço: RUA DA VACA N 23 CACHA PREGO VERA CRUZ

Telefone: 71 991571841/ 75 983432770

Endereço eletrônico (e-mail): luizgil46_6@hotmail.com

B. OBJETO DA PARCERIA

O Objetivo da parceria visa realizar o projeto CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024, vinculado ao Plano Plurianual 2024 a 2027 por meio do:

Programa: 414 – ESPORTE POR TODA PARTE

Compromisso: 03 Fomentar o esporte de alto desempenho considerando as vocações territoriais.

Indicador: 01 – Número de projetos de esportes apoiados – 05 etapas

02– Número de municípios beneficiados: 05 (Feira de Santana, Jequié, Santo Estêvão, Santo Antonio de Jesus, Salvador).

C. OBJETIVO DA PARCERIA.

Disseminar o esporte olímpico de base e alto rendimento, promovendo o fortalecimento da modalidade olímpica Handebol da realização do **CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024**.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

O Handebol uma atividade física que engloba diversas categorias, cada uma com suas particularidades e contribuições para o desenvolvimento físico, mental e social. As principais CATEGORIAS que incluem as Categorias A – Adulto (acima dos 18 anos); Categoria B – Júnior (19 a 21 anos); Categoria C – Juvenil (16 a 18 anos); Categoria D – Cadete (15 a 17 anos); Categoria E – Infantil (10 a 12 anos), Mirim (12 a 16 anos) incluindo o Mini-handebol (06 a 10 anos).

O handebol é uma modalidade esportiva do tipo invasão, coletiva e dinâmica, que dentro da sua complexidade exige do atleta rapidez na tomada de decisão, senso estratégico apurado, além de intensa preparação física afim de alcançar o alto desempenho de suas habilidades psicomotoras. Dentro das realidades das diferentes categorias, há especificidades quanto ao tamanho da bola utilizada para jogo, definido oficialmente pela Federação Internacional de Handebol (IHF) e a

Confederação Brasileira de Handebol (CBHb), nesta mesma toada segue as determinações quanto ao espaço de jogo (quadras oficiais 40x20) e o tempo de jogo que é adaptado nas categorias infantil (40 min de jogo), mirim (50 min de jogo), sendo nas categorias A, B, C, D, tempo de jogo de 60 minutos. O handebol promove a inclusão e participação de pessoas de todas as idades e habilidades, enfatizando a mobilidade, potencial muscular, melhora corporal em inúmeros aspectos, bem como o trabalho em equipe. Na Bahia, a prática do handebol tem conquistado espaço ao longo dos anos, com participação de equipes baianas em competições oficiais organizadas pela CBHb, como o Campeonato Brasileiro de Clubes, Campeonato Brasileiro de Seleções Cadete e Juvenil, contribuindo para o desenvolvimento físico e social da comunidade do handebol baiano.

A introdução de programas esportivos e a promoção de eventos têm estimulado a participação em diferentes categorias, como se pode observar. Além disso, a formação de atletas locais tem colocado a Bahia no cenário nacional e internacional do handebol, através de participação como no Torneo FERIA de las Flores – Medellín – Colômbia, pelo segundo ano consecutivo. Os benefícios sociais da prática de handebol na Bahia incluem a promoção da saúde física e mental, o fomento ao espírito de equipe e colaboração, além do estímulo à inclusão e diversidade. Através do handebol, indivíduos de diferentes origens têm a oportunidade de se envolver em atividades saudáveis, construindo laços comunitários e promovendo valores positivos.

A realização do **Campeonato Baiano de Handebol - 2024 em suas V (cinco) conferências** tem um impacto significativo no esporte, nos atletas e na comunidade em geral, com trocas importantes em cinco cidades polos Baianas. Este evento proporciona uma série de benefícios e oportunidades para o desenvolvimento do Handebol na Bahia.

Para o esporte olímpico, o **Campeonato Baiano de Handebol - 2024** representa uma vitrine para a divulgação e promoção das diferentes categorias que fazem a modalidade no estado da Bahia. A visibilidade gerada pelo evento contribui para atrair novos praticantes, investimentos e patrocínios para o esporte, estimulando o crescimento e a expansão das atividades relacionadas ao nas mesoregiões propostas, sendo atingidas as mesos regiões do Centro-Norte Baiano (Feira de Santana e Santo Estêvão) Centro-Sul Baiano (Jequié) e Metropolitana de Salvador (Santo Antonio de Jesus e Salvador). Para os atletas, o esta competição oferece a oportunidade de competir em um ambiente oficial e desafiador, com partidas rakeadas objetivando acesso as bolsas oferecidas pelos programas do Governo do Estado da Bahia, além de possibilitar o intercâmbio com outros atletas e treinadores. A participação em competições locais fortalece o desenvolvimento técnico e emocional dos atletas, preparando-os para competições nacionais e internacionais.

Os principais benefícios do **CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024** incluem:

1. **Desenvolvimento técnico:** Os atletas têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades e técnicas por meio da participação em competições locais, recebendo feedback valioso dos juízes e treinadores.
2. **Integração social:** O evento promove a interação entre atletas, treinadores, familiares e fãs, fortalecendo os laços comunitários e a união em torno do esporte.
3. **Incentivo à prática esportiva:** A realização do Campeonato Baiano de Handebol - 2024 estimula a participação de novos praticantes, incentivando a prática do handebol entre crianças, jovens e adultos.
4. **Promoção da saúde:** O evento destaca os benefícios da prática do handebol para a saúde física e mental, incentivando um estilo de vida ativo e saudável.
5. **Visibilidade do esporte:** A cobertura midiática do Campeonato Baiano de Handebol aumenta a visibilidade do handebol na região, gerando interesse público e apoio à prática esportiva.

Em resumo, o **Campeonato Baiano de Handebol - 2024** desempenha um papel fundamental no fortalecimento do esporte na Bahia, oferecendo oportunidades para atletas, promovendo a prática esportiva olímpica e inspirando a comunidade local, além de entregar provas oficiais que pontuará para o ranking da **Federação Bahiana de Handebol - FBHb** das categorias de base até ao alto rendimento, seguindo os padrões e regulamento da (CBHb) - Confederação Brasileira de Handebol e da (IHF) Federação Internacional de Handebol.

A **Federação Bahiana de Handebol - FBHb** como órgão regulador do esporte no Estado da Bahia, tem como suas principais atribuições: Incentivar, defender, regular, promover e fomentar em todo território estadual a prática de Handebol da iniciação ao alto rendimento e todos os seus demais níveis busca convênio junto a **SUDESB** – Superintendência de Desportos do Estado da Bahia, que é uma Autarquia vinculada a **SETRE** – (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte), que tem como objetivo o fomento do desporto, recreação e lazer na Bahia, para a realização do **CAMPENATO BAIANO DE HANDEBOL 2024**.

AS METAS A SEREM ATINGIDAS NESSE EVENTO:

- ü Realizar o projeto **CAMPENATO BAIANO DE HANDEBOL 2024** em suas 05 etapas;
- ü Melhoria do nível técnico dos atletas de HANDEBOL do estado da Bahia;
- ü Contribuir para a revelação de novos talentos nas Categorias A, B, C, D.
- ü Premiar os 03 melhores clubes de cada categoria.
- ü Premiar o melhor de cada partida em partida oficial dentro da competição.

Diante dos dados apresentados, e considerando que o Handebol tem sido uma das modalidades de maior identificação em nosso Estado, e em consonância com a finalidade da SUDESB, a qual tem buscado fomentar o esporte no estado da Bahia, a **Federação Bahiana de Handebol** apresenta o Projeto **CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024**, um projeto que já faz parte do Calendário Anual da FBHb da iniciação, base ao alto rendimento, com previsão para o período de **11 de outubro a 08 de dezembro de 2024** em quatro Mesorregiões do nosso estado com a expectativa de atender aproximadamente **450 atletas** e um público geral estimado de 5.000 pessoas em todas as conferências.

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

E1 AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Promover toda estrutura para realização do projeto “CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024”

Critério de Aceitação: Contratar Serviços de Estrutura e Logística e Contratar Outros Serviços, conforme discriminados nos itens: 2.2.1 Infraestrutura; 2.2.5 e Outros Serviços, de acordo com a previsão de receitas e despesas

Ação 2. Divulgação do Evento

Critério de Aceitação: Confeccionar material de divulgação e identificação do Projeto, Comprar Material Promocional em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.2 Comunicação; 2.2.3 Material Promocional de acordo com a previsão

de receitas e despesas

Ação 3. Premiação

Critério de Aceitação: Confeccionar Medalhas para a seleção ganhadora de cada etapa e melhores jogadores e Troféus, em conformidade em conformidade com o quantitativo apresentando neste projeto, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.4 Premiação, de acordo com a previsão de receitas e despesa

E. 2 INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Realizar o Campeonato Baiano de Handebol - 2024		Indicador	Und	Meio de Verificação	Quant.	Parâmetro de Avaliação de Desempenho
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar e fortalecer a prática do HANDEBOL no âmbito Nacional e Internacional, através da realização do Campeonato Baiano de Handebol	Indicador 1: Nº de Atletas participantes	Atletas	Lista de inscritos, Súmula dos jogos	450	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
		Indicador 2: Nº de jogos realizados	Jogos	Súmula e Registro Fotográfico	40	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 70% - Meta Descumprida
META	Meta 1: Inscrever equipes de diversas cidades da Bahia	Indicador 3: Nº de clubes de cidades diferentes inscritos	Equipes	Lista de inscritos, Súmula dos jogos	8	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
	Meta 2: Premiar os três primeiros de cada categoria/naipe	Indicador 4: Nº de equipes classificadas	Equipes	Resultado Oficial	30	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 70% - Meta Descumprida
	Meta 3: Melhorar a competitividade dos atletas de handebol baiano, por meio da participação em evento	Indicador 5: Atletas baianos inscritos	Atletas	Relatórios Técnico	450	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente

	oficial da modalidade					Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
--	-----------------------	--	--	--	--	---

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

O projeto **Campeonato Baiano de Handebol 2024** será realizado no período de 11 de outubro a 8 de dezembro de 2024 em Cinco Mesorregiões do nosso estado com a expectativa de atender aproximadamente 450 atletas e seguirá o seguinte cronograma:

-

CONFERÊNCIA FEIRA DE SANTANA – CAMEONATO BAIANO DE HANDEBOL em 11, 12, 13 de outubro de 2024 em Feira de Santana – Estação Cidadania.

- As 19hs do dia 11/10/2024 – Congresso Técnico – Apresentação das equipes
- As 07hs do dia 12/10/2024 – Jogos Classificatórios das categorias A e D
- As 07hs do dia 13/10/2024 – Jogos Classificatórios das categorias A e D

-

CONFERÊNCIA JEQUIÉ – CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL em 01, 02 e 03 de Novembro de 2024 em Jequié – Complexo Esportivo Integrado

- As 19hs do dia 01/09/2024 – Congresso Técnico – Apresentação das equipes
- As 07hs do dia 02/09/2024 – Jogos Classificatórios das categorias B, C e D
- As 07hs do dia 03/09/2024 – Jogos Classificatórios das categorias B, C e D

CONFERÊNCIA SANTO ANTÔNIO DE JESUS – CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL em 15, 16 e 17 de Novembro de 2024 em Santo Antonio de Jesus, Ginásio do IFBA e SESC

- As 19hs do dia 01/09/2024 – Congresso Técnico – Apresentação das equipes
- As 07hs do dia 02/09/2024 – Jogos Classificatórios das categorias A e B
- As 07hs do dia 03/09/2024 – Jogos Classificatórios das categorias A e B

CONFERÊNCIA SANTO ESTÊVÃO – CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL em 22, 23, 24 de novembro de 2024 em Santo Estêvão – Complexo Esportivo do Colégio Estadual de Tempo Integral de Santo Estêvão

- As 19hs do dia 22/11/2024 – Congresso Técnico, Credenciamento dos polos oficiais e futuros do Mini-handebol e Apresentação das equipes
- As 07hs do dia 23/11/2024 – Festival de Handebol Infantil e de Mini-handebol - Categoria E
- As 07hs do dia 24/11/2024 – Premiação especial para todas as crianças e dirigentes participantes

CONFERÊNCIA SALVADOR – FINAIS GERAIS - CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL – 06, 07, 08 de Dezembro em Salvador no Ginásio Estação Cidadania São Marcos e Estação Cidadania Itapuã.

- As 17 hs do dia 06/12/2024 – Congresso Técnico – Solenidade de apresentação das equipes finalistas
- As 20h do dia 06/12/2024 – Semifinal (A e B) Adulto e Junior
- As 07hs do dia 07/12/2024 – Semifinais (A, C e D) Adulto, Juvenil e Cadete
- As 07hs do dia 08/12/2024 – Finais (A, B, C, D) Júnior e Adulto Juvenil e Cadete
- As 17hr do dia 08/12/2024 – Solenidade de premiação

Para a realização do evento, será necessário a contratação de: Infraestrutura, Outros Serviços, Comunicação e aquisição de Material Promocional. A divulgação do evento será realizada através: Sites, Rede Social, Banners, Camisas de staff, medalhas com logomarcas do Evento, Estado da Bahia, **SETRE** e da **SUDESB**. Toda a solenidade de premiação acontecerá ao final da CONFERÊNCIA SALVADOR, com entrega de brindes promocionais com logomarcas do Evento para as equipes participantes da fase final, Estado da Bahia, **SETRE** e da **SUDESB**.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	ATIVIDADES	DATA/PERÍODO
1	Elaboração do Projeto	Junho de 2024
2	Divulgação do Evento	Junho a Dezembro de 2024
3	Início das Atividades	11 de outubro de 2024
4	Conferências Iª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 Iª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 IIIª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 IVª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 Vª Finais Gerais - Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024	Iª 11 de outubro de 2024 IIª 01 de novembro de 2024 IIIª 15 de novembro de 2024 IVª 22 de novembro de 2024 Vª 06 dezembro de 2024
5	Solenidade de Premiação Melhor da Partida por jogo em cada conferencia Iª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 Iª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 IIIª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 IVª Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024 Premiação dos Campeões, vices e terceiros lugares, além do campeão geral Vª Finais Gerais - Conferência Campeonato Baiano de Handebol 2024	Iª 11 de outubro de 2024 IIª 01 de novembro de 2024 IIIª 15 de novembro de 2024 IVª 22 de novembro de 2024 Vª 06 dezembro de 2024
6	Prestação de Contas	Até Maio de 2025

F. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Alcance das Metas:

- Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida
 - Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente
 - Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida
- Alcance da Meta:
- Igual a 100% - Meta Cumprida
 - Menor que 100% - Meta Descumprida

G. PARAMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÕES CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÕES CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

AÇÕES DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

H. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: 11 de outubro a 08 de dezembro de 2024.

Vigência: 180 dias (Cento e oitenta dias)

Prestação de Contas: 90 (noventa) dias após o término da vigência.

I. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS		
1.	Receitas	TOTAL
1.1	Recursos Recebidos	149.900,00
1.2	Rendimentos Financeiros	0,00
Total Geral de Receitas		149.900,00
2.	Despesas	TOTAL
2.1	Despesas com Recursos Humanos	
2.1.1	Remuneração da equipe	
2.1.1.1	Salários	0,00
2.1.1.2	Vale Transporte	0,00
2.1.1.3	Alimentação	0,00
Subtotal (Remuneração da equipe)		0,00

2.1.2	Encargos Sociais	
2.1.2.1	INSS (27,8%)	0,00
2.1.2.2	FGTS (8%)	0,00
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória (40%)	0,00
2.1.2.4	Recisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)	0,00
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento (1%)	0,00
2.1.2.6	1/3 sobre Férias	0,00
2.1.2.7	13 Salário	0,00
2.1.2.8	Férias Indenizadas	0,00
2.1.2.9	IRRF	0,00
2.1.2.10	ISSQN	0,00
2.1.2.11	FGTS (8%) 13º Salário	0,00
2.1.2.12	INSS (27,8%) 13º Salário	0,00
2.1.2.13	INSS Autônomo 20%	0,00
Subtotal (Encargos Sociais)		0,00
Subtotal (Recursos Humanos)		0,00

2.2	Custos Diretos	Unid	Quant.	Valor unit.	Valor total
2.2.1	MATERIAL PROMOCIONAL				
2.2.1.1	Camisa manga curta, 100% dry de poliéster, sublimação total, com logo do evento	Unid	180	30,00	5.400,00
2.2.1.2	Bonés personalizados com logo do evento	Unid	100	40,00	4.000,00
2.2.2	COMUNICAÇÃO				
2.2.2.1	Serviço de assessoria especializada em eventos esportivos para divulgação na imprensa e transmissão dos jogos	Unid	5	1.200,00	6.000,00
2.2.2.2	Serviços de comunicação e publicidade: estratégia de marketing, produção completa do book do evento e gestão das redes sociais	Unid	5	1.500,00	7.500,00
2.2.2.3	Backdrop em lona frontlight fosca impressa A 1440 DPI, lona, 2,95 x 1,95 com ilhós - Foto	Unid	5	2.000,00	10.000,00
2.2.3	OUTROS SERVIÇOS				

2.2.3.1	Serviço de segurança para eventos esportivos com dois guardas disponíveis enquanto do início até durar o evento	Unid	5	800,00	4.000,00
2.2.3.2	Serviços especializado em suporte de primeiros socorros e transporte de lesionados compostos, 1 enfermeiro e 1 fisioterapeuta	Unid	5	1.600,00	8.000,00
2.2.3.3	Serviço especializado elaboração de projetos para eventos esportivos para modalidades olímpicas	Unid	1	10.000,00	10.000,00
2.2.3.4	Serviço especializado em arbitragem oficial para eventos esportivos, com abordagem técnica, controle de resultados, conforme padrões da Confederação Brasileira de Handebol, com a presença de dezesseis profissionais em cada evento.	Unid	10	2.200,00	22.000,00
2.2.3.5	Serviço especializado em gestão de eventos esportivos, envolvendo coordenação administrativa para organização de inscrições, realização do credenciamento nos congressos técnicos, construção de tabelas, divulgação de boletins de resultado e solenidade de premiação.	Unid	1	24.000,00	24.000,00
2.2.4	TRANSPORTE				
2.2.4.1	Locação de veículo com capacidade para 7 lugares para o traslado da diretoria executiva e corpo técnico da FBHb.	Unid	5	1.500,00	7.500,00
2.2.5	MATERIAL ESPORTIVO				
2.2.5.1	Bolas oficiais de handebol H2 feminina	Unid	20	315,00	6.300,00
2.2.5.2	Bolas oficiais de handebol H3 masculina	Unid	20	325,00	6.500,00
2.2.5.3	5 (cinco) pares de rede oficiais para a modalidade handebol com forro	Unid	5	448,00	2.240,00
2.2.6	INFRAESTRUTURA				
2.2.6.1	Serviço especializado de sonorização para eventos esportivos com equipamentos completos e inclusos (kit de caixas de som, mesa de som de 8 canais, 2 microfones sem fio, cabeamento e extensão.)	Unid	1	7500,00	7.500,00
2.2.7	PREMIAÇÃO				
2.2.7.1	Troféus personalizado exclusivo para handebol, 50 cm com impressão das logos do evento colorida e em relevo	Unid	32	180	5.760,00

2.2.7.2	Medalhas em aço fundido, 70 mm, ouro, prata e bronze, exclusiva para handebol com impressão colorida em relevo, com fita personalizada	Unid	600	22,00	13.200,00
Subtotal (Custos Diretos)					149.900,00
Total Geral de Despesas					149.900,00

J. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcelas	Responsável	Mês Previsto	Ano	Valor
Parcela única	Concedente	Outubro	2024	R\$ 149.900,00
TOTAL GLOBAL				R\$ 149.900,00

NOTA: Este ajuste será liberado em parcela única, após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, visando à execução do projeto do “CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2024”, em **11 de outubro a 08 de dezembro de 2024**.

K. PATROCÍNIO/ APOIO TÉCNICO LOGÍSTICO

Caso haja cobrança de inscrição, kit ou qualquer tipo de taxa qual será o valor?	VALOR R\$
	R\$ 200,00
Para Campeonato Baiano de Handebol 2024 , só serão cobradas as taxas de inscrição, diretamente do sistema oficial integrado SGE-CBHb-FBHb.	

Nota Explicativa: As inscrições cobradas, serão convertidas em receita complementar para o custeio de despesas com: Alimentação, hospedagem e outras despesas que são inerentes ao evento.

Salvador/BA, 01 de outubro de 2024.

LUIZ FERNANDO GIL ALMEIDA
Presidente da Federação Bahiana de Handebol – FBH

SINVAL VIEIRA

Coordenador de Excelência Esportiva

DIOGO RIOS AMARAL

Diretor-Geral, em exercício, SUDESB



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Jurídico**, em 02/10/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Rios Amaral, Diretor(a) Substituto(a)**, em 03/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO GIL ALMEIDA, Usuário Externo**, em 07/10/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sinval Vieira da Silva Filho, Coordenador**, em 08/10/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00099676448** e o código CRC **0F366963**.